



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



## Organização do território e as concepções de natureza no Brejo de Altitude Pernambucano

Izabela Cristina Gomes da Silva<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Laboratório GEPPIP, UFS, Aracaju, SE, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7605-2937>

### RESUMO

Desde seu estabelecimento o estado brasileiro desenvolvimentista se configura na negação dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades tradicionais. Utilizamos uma metodologia de base qualitativa, contendo entrevistas semiestruturadas, análise documental, coleta de dados secundários e levantamento bibliográfico. Portanto objetivamos ressaltar que a concepção de território do Brasil é fundamentada na lógica moderna e não considera a multiplicidade de territórios existentes. Essa visão consolidou-se com o positivismo lógico e a relação intrínseca entre Estado-Território. Em contraponto verificamos organizações territoriais, que partem dos conhecimentos tradicionais e das territorialidades. Assim divergindo da dicotomia sociedade-natureza disseminada pela lógica moderna-colonial para conceber a ideia de civilização ocidental.

**Palavras-chave:** territórios tradicionais; natureza; desenvolvimentismo.

## Organization of the territory and the conceptions of nature in Brejo de Altitude Pernambucano

### ABSTRACT

Since its establishment, the Brazilian developmentalist state is configured in the negation of territories traditionally occupied by traditional communities. We used a qualitative methodology, containing semi-structured interviews, document analysis, secondary data collection and bibliographic survey. Therefore, we aim to emphasize that the concept of Brazilian territory is based on modern logic and does not consider the multiplicity of existing territories. This vision was consolidated with logical positivism and the intrinsic relationship between State-Territory. In contrast, we verified territorial organizations, which start from traditional knowledge and territorialities. So in disagreement from the society-nature dichotomy disseminated by modern-colonial logic to conceive the idea of Western civilization.

**Keywords:** traditional territories; nature; developmentalism.

## **Organización del territorio y concepciones de naturaleza en la Altitud Brejo de Pernambucano**

### **RESUMEN**

Desde su creación, el Estado desarrollista brasileño se ha caracterizado por la negación de territorios tradicionalmente ocupados por comunidades tradicionales. Se utilizó una metodología de base cualitativa, que contiene entrevistas semiestructuradas, análisis de documentos, recolección de datos secundarios e investigación bibliográfica. Por lo tanto, pretendemos resaltar que la concepción brasileña del territorio se basa en la lógica moderna y no considera la multiplicidad de territorios existentes. Esta visión se consolidó con el positivismo lógico y la relación intrínseca entre Estado y Territorio. En contraste, vemos organizaciones territoriales, que se basan en conocimientos y territorialidades tradicionales. Divergencia así de la dicotomía sociedad-naturaleza difundida por la lógica moderna-colonial para concebir la idea de civilización occidental.

**Palabras clave:** territorios tradicionales; naturaleza; desarrollismo.

### **INTRODUÇÃO**

Neste artigo trazemos a relevo algumas considerações acerca dos resultados obtidos durante a construção da Tese de Doutorado em Geografia. Desde seu estabelecimento o estado brasileiro desenvolvimentista se configura na negação dos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas, camponeses, quilombolas, entre outras comunidades tradicionais. Expropriando esses povos de seus territórios com o objetivo de alcançar a supremacia do território nacional, como vimos em Porto-Gonçalves (2002), Solá Pérez (2016), Martin (1993), Martins (1994) e Montenegro Gómez (2006).

Assim consideramos os territórios camponeses de Pernambuco, enquanto América Latina, pois são compostos pela materialização das resistências frente ao projeto desenvolvimentista moderno-colonial. Para Galeano (1978) a América aparecia como uma invenção a mais, incorporada, junto com a pólvora, imprensa, papel e bússola, ao efervescente nascimento da Idade Moderna. Então apesar de o conceito América Latina advir de uma racionalidade colonizadora, as territorialidades enquanto resistências questionam a esfera da modernidade imposta aos povos do sul.

Por conseguinte, cada vez mais há uma desconstrução do discurso moderno-colonial sobre ser latino-americano a partir da apropriação desse conceito pelos povos indígenas e camponeses, o ressignificando em confluência com suas territorialidades expressas na multiplicidade e multidimensionalidade territorial da América Latina.

Nesse contexto faz-se necessário pontuar o quanto a questão agrária brasileira está imersa na conjuntura latino-americana. Pois apesar das particularidades os processos de colonização exploratória e da implantação do projeto desenvolvimentista nos unem. Essa

condição torna controverso pensar o Brasil fora do contexto da América Latina. Para Souza (2011) torna-se cada vez mais latente refletir sobre a ótica latino-americana para então propor uma dissipação das desigualdades.

Então a partir desse âmbito para compreendermos os processos de configuração territorial do campesinato agroecológico pernambucano, torna-se necessário analisar o território sobreposto de Brejo da Madre de Deus. Este município está imerso na concepção unilateral de território e faz parte da unidade da federação Pernambuco.

Temos como objetivo geral ressaltar que a concepção de território do Brasil é fundamentada na lógica moderna e não considera a multiplicidade de territórios existentes. Já o objetivo específico deste artigo é pontuar e notificar a matriz dos saberes-fazeres latino-americanos, materializados nas experiências agroecológicas de Brejo da Madre de Deus - Pernambuco, Brasil.

Utilizamos uma metodologia de base qualitativa abordada como pesquisa participante na perspectiva de Brandão; Borges (2007), contendo entrevistas semiestruturadas com os camponeses brejenses, analisadas a partir da análise do discurso de Bakhtin (2000). Buscando compreender as entrevistas considerando o aspecto da monumentalidade, considerando mais que sua materialidade linguística e significados literais das palavras. Já que seus sentidos não são fixos.

Apesar das múltiplas dimensões que a pesquisa participante engloba, optamos pela proposição de interação horizontalizada (sujeito-sujeito) entre pesquisadores e sujeitos sociais das situações investigadas, apreendendo o ponto de vista desses sujeitos em relação à realidade, para compreender suas visões (cosmovisões) de mundo. Percebidas durante os trabalhos de campo nos sítios em estudo.

Como também realizamos análise documental (fotografias, ofícios, documentos oficiais), coleta de dados secundários em institutos de pesquisa, levantamento bibliográfico (livros, periódicos, Teses, Dissertações) e confecção de mapas. Então propomos para o desenvolvimento desta pesquisa a abordagem do saber ambiental. Questionando a objetividade da razão e trazendo a questão da subjetividade do conhecimento.

Partindo das múltiplas e diferentes relações existentes entre sociedade-natureza Leff (2009) destaca, que o conhecimento não se forma apenas nas relações de validação com a realidade externa e em uma justificação intersubjetiva do saber. Propondo então a construção do saber como parte das experiências dos sujeitos sociais no mundo, levando em consideração os elementos externos/internos e materiais/imateriais da realidade territorial.

À vista disso compreendemos como conhecimento popular tradicional os saberes, que fundamentam as diversas formas de lidar-perceber a natureza passadas através das gerações. A partir da experiência e convivência nos territórios compartilhados/vivenciados. Assim nesse âmbito as territorialidades são componentes relevantes para a concepção e manutenção desses conhecimentos no tempo e nos territórios camponeses latino-americanos.

Segundo Vitte; Silveira (2010) o princípio da experiência estética elucida a ideia de natureza-paisagem. Compreendida como uma totalidade viva e organizada, formada a partir das conexões, que permitem a constituição do todo. Essa concepção está atrelada à observação e à contemplação, que serviu como pano de fundo para estudos científicos de Humboldt (1874), por exemplo.

Logo com as concepções de natureza propostas por Kant (1999) e Schelling (1996) emerge a noção de separação entre espaço social e espaço físico, elaborada por Émile Durkheim (1947). Essa abordagem fortaleceu as ideias de primeira natureza (independente, exterior) e de segunda natureza (humanamente produzida) iminente nas sociedades modernas-coloniais.

A base material para a bifurcação do espaço físico e do espaço social está no desenvolvimento da segunda natureza a partir da primeira natureza. Na prática, a sociedade teve que ser separada da natureza antes que o espaço social pudesse ser completamente distinguido do espaço físico. Este espaço físico absoluto foi associado ao espaço natural da Primeira natureza; aqui o espaço físico e o espaço natural são indistinguíveis. Enquanto o conceito de espaço social foi abstraído cada vez mais de qualquer referência ao espaço natural. (SMITH, 1988, p.119).

Em contraponto à visão Durkheimiana, Smith (1988) destaca que há unidade entre a sociedade e a natureza, onde espaço, substância e significado se fundem, possibilitando a construção das territorialidades sobre os territórios. Nesse contexto, os povos indígenas e camponeses opõem-se à dualidade e materializam suas práticas/cosmovisões enquanto integrantes da natureza. Logo os povos tradicionais do campo e da floresta propõem um caminho divergente do modelo hegemônico desenvolvimentista fundamentado sobre os ideais capitalistas e modernizadores, que consideram a natureza externa à humanidade.

Por conseguinte, o território camponês agroecológico brejense é composto a partir de uma multiplicidade de manejos colocada em prática de acordo com o tempo-território; pois a configuração desse território camponês emerge desde meados do século XIX, e com o passar das gerações os saberes-fazerem foram sendo mantidos e renovados.

Outro ponto relevante é que a produção de morango é materializada a partir da sazonalidade. Durante a época do verão onde foram colhidos morangos, serão plantadas outras espécies como feijão, macaxeira, entre outras. Ademais, a plantação de banana advém da

variedade prata crioula pertencente às famílias há mais de um século. Então averiguamos um divergente arranjo territorial em relação ao ordenamento territorial proposto pelo estado, que se fundamenta no desenvolvimento do território através do agronegócio, da produção de *commodities* e da utilização de agrotóxicos. Tal divergência ratifica a não homogeneização do território-nação e a multidimensionalidade dos territórios no Brasil.

### **1. A dualidade no arranjo territorial brejense a partir das naturezas.**

O município estudado, Brejo da Madre de Deus, está localizado na mesorregião Agreste Central e na microrregião Vale do Ipojuca do estado de Pernambuco, limitando-se a norte com Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte, a sul com Belo Jardim, Tacaimbó e São Caetano, a leste com Caruaru e Toritama, e a oeste com Jataúba.

A sede municipal tem uma altitude aproximada de 627 metros e coordenadas geográficas de 08° 08' 45" de latitude sul e 36° 22' 16" de longitude oeste, distando 202,2 km da capital Recife. Sua criação foi em 20/06/1893, pela Lei Estadual nº 52, sendo formado pelos distritos: Sede e Fazenda Nova e pelos povoados: Barra do Farias, Caldeirões, Logradouro, Mandaçaia, São Domingos e Fazenda Velha.

Já os territórios tradicionais brejenses pesquisados estão sobrepostos ao território unidimensional de Brejo da Madre de Deus, onde existem camponeses agroecológicos vinculados à instituição: Associação dos Produtores Orgânicos Terra Fértil. Ademais, em 2012 foi institucionalizada a Lei Municipal Nº 14.612/2012, de 03 de abril de 2012, que conferiu ao município o título de Capital Agroecológica.

Nesta pesquisa consideramos o território como um híbrido, caracterizado por ser composto de elementos diferentes, possuindo um sentido material (ambiente) e imaterial (sentimento de identificação) que se complementa. Discutiremos o território com uma perspectiva integradora, relacional que reúne aspectos materiais e imateriais das esferas políticas, econômicas e simbólico/culturais em sua composição, tendo o poder como inerente nas relações entre os sujeitos sociais, e não apenas à classe hegemônica ressaltada pela hierarquia.

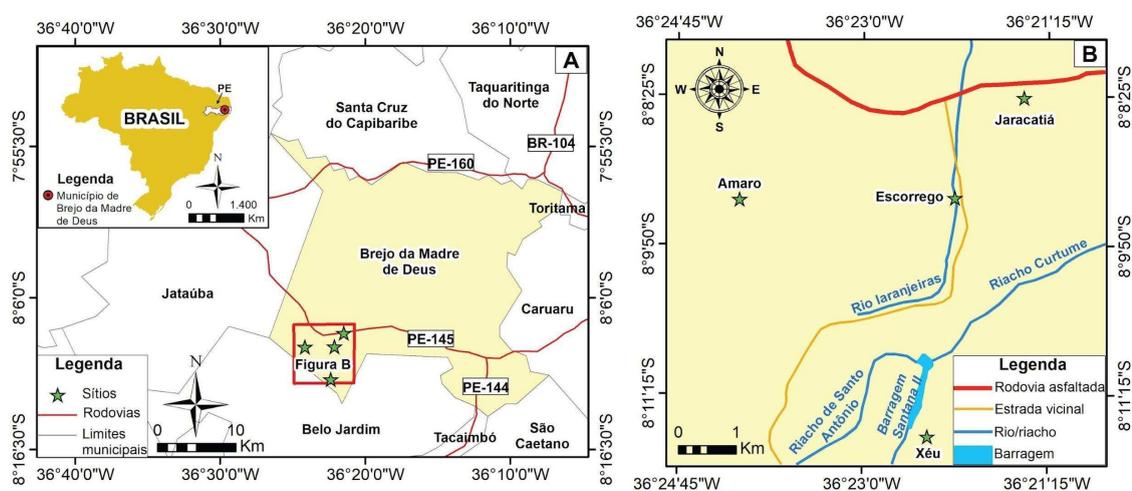
Em contraponto à abordagem territorial clássica de Ratzel (1990), Raffestin (1993) aborda a multidimensionalidade do território. Para este autor as origens do poder são múltiplas, ele não pode ser tratado como algo pertencente a um grupo ou organização, assim as relações entre os diversos sujeitos detentores de poder, irão definir as características mais ou menos dissimétricas dos territórios.

Ao considerar a dimensão simbólica existente na relação homem-território, o autor pontua que o processo de territorialização vai além da apropriação do espaço concreto, ressaltando que o território é mais que um substrato material. Nesse contexto, o território, para Raffestin, “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação[...]” (Raffestin, 1993, p. 144). Para ele toda prática espacial, ou seja a ação, energia mais ou menos informada, gera uma produção territorial, uma marca espacial material ou imaterial.

O autor pontua que a representação de qualquer projeto no espaço revela a imagem desejada de um território. Coloca-se a questão da transformação, de acordo com as ações dos diversos sujeitos sociais. Então como os sujeitos não são homogêneos, suas ideologias e ações também não serão. Por isso, as formas de organização socioterritorial como o campesinato, a partir de seu sistema sêmico, interferem sobre o território através de múltiplas variáveis. Quando consideram seu aspecto imaterial, as abordagens territoriais concebem perspectivas que valorizam a sociodiversidade e a multiplicidade de territórios.

Conforme podemos verificar no mapa 1.0 os territórios Amaro, Escorrego, Jaracatiá e Xéu estão localizados na região brejeira em um complexo montanhoso contendo as Serras: do Veado, do Amaro, do Estrago, do Jaracatiá, da Prata, do Ponto, entre outras que compõem essa região. Atingindo altitudes maiores que 900 metros acima do nível do mar. Portanto os territórios camponeses agroecológicos, que nos adentramos nesta pesquisa constituem a área de brejos de altitude em Brejo da Madre de Deus – PE. Assim os camponeses associados à Terra Fértil obtêm a posse da terra e exercem seus modos de vida nas comunidades rurais Amaro, Escorrego, Jaracatiá e Xéu.

**Mapa 1.0 - Área territorial do município Brejo da Madre de Deus - PE, Brasil.**



Fonte: IBGE, Área territorial oficial. Consulta por Unidade da Federação. República Federativa do Brasil: IBGE [2020]. Coordenadas Geográficas coletadas in loco por GPS. ArcGIS 10. Organizado por: Autores, 2020.

De acordo com CPRM (2005) Brejo da Madre de Deus está inserido na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja, com vegetação basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila e alguns trechos de Floresta Caducifólia. Geologicamente está estabelecido na Província Borborema. Contendo os seguintes solos: Planossolos, Brunos não Cálcicos, Podzólicos, Litólicos, em sua maioria com fertilidade natural de média a alta.

*O solo daqui pra planta nativa ele é muito bom, mais como a gente tá trazendo plantas de fora ele é muito pobre, aí a gente precisa sempre tá corrigindo, corrigindo, corrigindo, mas como tem muita água aí é fácil a correção. Pra nós aqui 95% é esterco, poucas vezes a gente usa outro tipo de adubo, como calcário que é mineral ou gesso que é mineral, poucas vezes a gente usa isso, poucas vezes. A gente usa todos os estercos, de galinha, de caprino, ovino e de boi, uma parte a gente compra e outra parte não como a gente tem bichos. (Ci. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).*

Portanto, verificamos na fala do camponês o conhecimento sobre o solo da região brejeira. Partindo da sua experimentação com a terra, ele expõe que a fertilidade do solo varia de acordo com a espécie vegetal, pois para o plantio de hortaliças e morango é necessário realizar muita adubação. Nesse caso o adubo advém essencialmente do esterco de vários animais. Logo um determinado solo pode ser muito fértil para umas espécies e para outras não. Assim, quando o camponês diz: “[...] *mais como a gente tá trazendo plantas de fora ele é muito pobre, aí a gente precisa sempre tá corrigindo [...]*” ele diverge da categorização pedológica institucional, que relaciona a fertilidade apenas ao tipo de solo.

Em contraponto é ressaltado quanto o manejo e variedade de cultivos interferem na fertilidade do solo. Afinal até os solos mais férteis podem tornar-se estéreis ao serem degradados com o plantio de monoculturas, utilização de agrotóxicos, desmatamento da cobertura vegetal, queimadas e desflorestamento enquanto solos considerados pobres podem aumentar sua fertilidade a partir das práticas de manejo agroecológico. “*A terra nem mato mermo crescia muito, porque era muito capim e sapé e afraca a terra. Depois fomos começando a trabalhar, botando estrumo, aí a terra vai fortalecendo né.*” (L. Camponesa agroecológica brejense, Agreste pernambucano, 2018).

Já a respeito da classificação climática Brejo da Madre de Deus possui um clima do tipo Tropical Semiárido com chuvas de verão, BSh segundo a classificação de Köppen; Geiger (1928). E o período chuvoso se inicia em novembro com término em abril e a precipitação média anual é de 431,8 mm segundo CPRM (2005). Todavia segundo o saber popular camponês brejense:

*Aqui em brejo nós temos três tipos de clima: sertão, agreste e brejo. O sertão fica mais pro lado de Jataúba, o agreste de onde eu venho de Jaracatiá e o brejo aqui na região brejeira. Os período de chuva daqui começa em maio e até dias de setembro*

*nós tivemos chuvas, mais como nós tamo numa altitude de 900 então sempre há chuva, mas esses últimos 6 anos foi muito castigada a seca aqui, esse ano deu uma recuperada, a média de chuva aqui é entre 1.000 e 1.600 mm, então nós temos muitas chuva aqui. Nesses últimos 6 anos teve ano que não chegou a 800, então foi muito pouca chuva por aqui, mas esse ano já chegamos a mais de mil, então tamos dando uma recuperada.* (Ci. Camponês agroecológico brejeiro, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Então a partir do relato coletado em campo na região brejeira o período chuvoso inicia em maio e estende-se até setembro, segundo dados da CPRM (2005) a precipitação média anual é de 1.000 mm. Portanto a partir da observação e vivência o camponês possui um conhecimento minucioso sobre o clima e as condições pluviométricas do brejo de altitude estudado. Logo ressaltamos a importância dos saberes dos povos camponeses para a compreensão do território desde a complexidade e as particularidades.

À vista disso pontuamos que de acordo com o camponês entrevistado, existem três tipos diferentes de climas em Brejo da Madre de Deus. Tal diferenciação fundamentada na percepção cotidiana dialoga com os aspectos fisiográficos, que compõem os sertões, agrestes e brejos de Pernambuco. Por conseguinte, segundo o camponês “[...] pro lado de jataúba [...]” é mais seco e há essencialmente vegetação de caatinga, enquanto Jaracatiá faz parte do agreste como uma área de transição entre o ‘sertão’ do município e a região brejeira que é úmida e possui vegetação de mata atlântica. Assim o clima é visto de uma maneira integrada com os biomas.

Portanto destacamos o quanto a análise territorial multiescalar, Raffestin (1993) nos permite ver outras caracterizações ecológico-ambientais. Então em uma escala macro, Brejo da Madre de Deus possui apenas o clima Tropical Semi-Árido BSh, já na escala micro contém também o clima Tropical Úmido As’. Por fim, a diversificação climática e de ecossistemas existentes na área em estudo foi mencionada na fala do camponês agroecológico brejeiro.

Conquanto, segundo CPRM (2005), Brejo da Madre de Deus está totalmente inserido nos domínios da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe e todos os cursos d’água possuem regime de escoamento intermitente. Já as águas subterrâneas compõem o Domínio Hidrogeológico Fissural. Essas condições naturais atreladas aos processos de luta pela terra, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (PE), mais a mobilização social em torno dos malefícios socioeconômicos e ambientais dos agrotóxicos levaram a criação, em 22 de dezembro de 2000 da Associação dos Produtores Orgânicos Terra Fértil, que contém 12 famílias associadas.

*Na época eu trabalhava pra terceiros, não trabalhava pra mim eu fui sofri um acidente com minha esposa de bicicleta. Aí passei um tempo parado. Aí eu fui e plantei uma tomate, antes eu já tinha me intoxicado com veneno, aí eu fui e plantei uma tomate sem veneno e ela saiu de ótima qualidade. Aí na cidade estava*

*acontecendo esse movimento, já tinha algumas pessoas que estavam começando a trabalhar e fazer produção orgânica. Aí eu fui procurar eles porque queria vender essa tomate, aí eles foram e nos convidaram pra fazer parte da associação. Aí a gente foi e foi vendo que era uma coisa interessante e como eu já tinha tido problema com veneno aí eu fui pra lá.* (C. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Ademais, vale ressaltar que os problemas com os agrotóxicos datam majoritariamente a partir da década de 1980, quando o projeto desenvolvimentista de modernização da agricultura avança sobre os brejos pernambucanos. Esse fato possui estreita relação com os resultados do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), com as políticas voltadas para o estímulo da hortifruticultura irrigada e da pecuária extensiva (pastagens plantadas).

Em Pernambuco, a faixa do Agreste situa-se quase por inteiro sobre o Planalto da Borborema. Os efeitos da altitude e da exposição aos ventos somam-se para produzir algumas faixas e numerosas "ilhas" de clima úmido. São os "brejos". Neles, os solos são profundos, o revestimento florístico primitivo deixa de ser de caatinga para ser de mata, os cursos d'água são permanentes, as populações adensadas. (MELO, 1978, p. 160.).

Segundo Melo (1978) o agreste pernambucano é diferenciado devido sua situação geográfica, que possibilita a existência dos Brejos de Altitude. Relacionando as particularidades fisiográficas ao desenvolvimento de múltiplas formas de uso e ocupação desse território. Desde a agricultura tradicional camponesa (sequeiro, consórcio de milho e feijão, criação de animais, hortifrutigranjeiros.) à monocultura algodoeira e canavieira, além do café sombreado e da pecuária extensiva (pastagens naturais/plantadas).

**Tabela 1.0 - Criação de animais e produção de derivados (origem animal) em Brejo da Madre de Deus – PE, 2015.**

Tipo	Quantidade (cabeças)	Derivados	Quantidade (L/Dz)
Ovino	17.283	-	-
Caprino	14.015	-	-
Bovino	13.378	Leite	750.000
Galinhas	3.500	Ovos	20.000

**Fonte:** IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal 2015. Organizado por Autores, 2018.

Os dados da tabela 1.0 segundo IBGE (2015) apontam, que em relação à pecuária, as criações em Brejo da Madre de Deus são bastante diversas. Com 17.283 cabeças de ovinos, 14.015 de caprinos e 13.378 cabeças de gado no referido ano, além da produção anual de 750.000 litros de leite. Já a avicultura consta com 3.500 cabeças e 20.000 dúzias de ovos.

A tabela 1.0 deixa claro o aspecto diversificado da criação de animais no município, fato correspondente com a tradição de existir múltiplas organizações territoriais no agreste pernambucano. O destaque para os ovinos e caprinos deve-se ao clima da mesorregião, que favorece o estabelecimento desses animais, como também pela preferência dos camponeses em criá-los.

Com relação a essa heterogeneidade de usos e ocupação do território no município Brejo da Madre de Deus, Leite; Castro; Cisneiros (2014) pontuam que em 1980 foi descoberto o importante Sítio arqueológico Furna do Estrago, com 125 m<sup>2</sup> de área coberta. Contendo pinturas rupestres, artefatos da cultura material e espaços referentes ao universo simbólico, como as práticas funerárias, por exemplo.

Segundo Leite; Castro; Cisneiros (2014), nesse sítio, a vegetação original predominante era Mata Atlântica. Porém, atualmente, esta se encontra extremamente reduzida em decorrência da devastação gerada pelo extrativismo vegetal, com a exploração do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), e posteriormente pela monocultura da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L).

Conforme Lima (1985), o meio físico da região se configurava como um oásis para populações e animais, em meio ao clima semi-árido. Resultado disso é a expressiva quantidade de sítios arqueológicos presentes no entorno do sítio Furna do Estrago.

Esta concentração de sítios arqueológicos na região indica que as populações indígenas pré-históricas ocuparam de forma intensa este território. No próprio sítio em questão, foram evidenciados sucessivos pisos de ocupação humana, ao longo de aproximadamente 11.000 anos B.P., sendo o cemitério a penúltima ocupação. (LEITE; CASTRO; CISNEIROS, 2014, p.35).

Esta alegação destaca a ocupação e utilização dos territórios, enfatizando a existência dos povos indígenas na formação territorial do agreste central pernambucano. Como também sua expressão material-imaterial enquanto modos de vida ocultados na mesorregião. Evidenciando os processos de organização sociocultural materializados no estabelecimento da agricultura e pecuária tradicionais, na divisão social do trabalho, nos cultos relacionados à morte, nas crenças populares, na medicina tradicional, entre outros.

Torna-se relevante abordarmos a quebra do arranjo territorial indígena existente, antes da expansão da *plantation* sobre os vales da Borborema. Assim como sua configuração

sócioterritorial contendo também pequenas lavouras e pastos. Nesse processo desde o período colonial (1500 – 1815) os povos indígenas sofreram desterritorialização e expropriação, sendo estas ações legitimadas pelos ideais da modernidade colonial.

No começo da colonização, o território brasileiro submetia-se a dois conjuntos distintos, e por vezes conflitantes, de normas: as bulas papais e as ordenações do reino. De acordo com os preceitos inscritos nas cartas pontificias, as terras do Brasil pertenciam à Ordem de Cristo, posto que se achavam colocadas sob sua jurisdição espiritual e cabia-lhe – pelo auxílio financeiro para as conquistas ultramarinas e para fazer face aos gastos para a propagação da fé. (NOZOE, 2005, p. 02).

Segundo Nozoe (2005) a partir do período colonial o território brasileiro passou a ser posse da Coroa portuguesa legitimada pelos princípios da Igreja Católica, que exercia poder sobre esse território. Nessa perspectiva o cristianismo exerceu um papel fundamental na negação dos territórios ancestrais indígenas pré-colombianos. Logo os povos não cristãos eram desconsiderados enquanto sujeitos de direito, assim como também eram rejeitadas suas territorialidades.

Cabe também ressaltar, que a concepção de território do Brasil Colônia era fundamentada na lógica moderna, e não considerava a multiplicidade de territórios existentes. Essa visão clássica irá consolidar-se com o positivismo lógico e a relação intrínseca entre Estado-Território, propondo estratégias de expansão e manutenção deste enquanto nação. Verificamos esse encadeamento nos estudos de Ratzel (1990).

A partir desse âmbito em 1654 D. João IV, rei de Portugal, concedeu o território da Serra Oropaense a João Fernandes Vieira, gerando a expulsão dos indígenas Ararobá. Ademais, seus descendentes, os Xukuru eram conhecidos como um povo indígena porque lutaram contra os criadores de gado em Pernambuco desde o período colonial. Com o passar dos anos eles foram perdendo suas terras para os colonizadores, os conflitos centralizavam-se na Vila de Cimbres, que é hoje a aldeia dos Xukuru. O território indígena Ararobá continha uma extensão de 90 km, que compreenderia atualmente de Arcoverde a Brejo da Madre de Deus. (Fialho; Neves 2009).

Segundo Andrade (1977) o povoamento moderno-colonial do agreste localizado no Planalto da Borborema iniciou tardiamente a partir da década de 1650, por criadores de gado com o objetivo de abastecer a área canavieira e litorânea. Estabelecendo fazendas de criação extensiva, com gado solto, administradas por vaqueiros, enquanto o proprietário geralmente morava na cidade ou em engenhos da Zona da Mata.

Sem embargo, de acordo com Monte (2014), a área referente ao atual município de Brejo da Madre de Deus passou a ser ocupada mais densamente em 1710, quando o português

André Cordeiro dos Santos estabeleceu-se na região e a denominou tabocas, posteriormente construiu um engenho de açúcar. A palavra tabocas vem do Tupi e faz alusão a uma espécie vegetal encontrada na região denominada bambu (*Guadua weberbaueri*). Já o nome Brejo advém de sua localização fisiográfica em um vale, formado pelas serras da Prata, do Estrago e do Amaro. Enquanto Madre de Deus é devido aos evangelizadores franciscanos da Congregação de São Filipe Néri, que em 1752 construíram a primeira Capela dedicada a São José.

Conquanto é destacado que, predominam em Brejo da Madre de Deus as pequenas propriedades rurais com menos de 10 ha. Representando cerca de 84,8% do número de estabelecimentos rurais, embora representem apenas 20% da área absoluta do município. Macário (2001). Como também ressaltamos o fato, que algumas unidades produtivas camponesas se originaram do arrendamento das terras pertencentes à Igreja Católica. As quais foram doadas para a Capela São José, pelos evangelizadores franciscanos da Congregação de São Felipe de Néri.

Logo percebemos, que desde o início do povoamento moderno-colonial, Brejo da Madre de Deus continha territórios indígenas e camponeses simultaneamente à criação de ocupações “ocidentais” mais próximas da modernidade, que passariam de aldeia para vila até a alcançar a nomenclatura atual (município). Todavia destacamos que a ocupação territorial nos brejos de altitude se deu preeminentemente devido às atividades agropecuárias exercidas em pequenas unidades produtivas.

Como também não podemos ocultar o papel da Igreja Católica no processo de construção de territórios. Apesar da constante ambivalência a Igreja Católica auxiliou na consolidação da multidimensionalidade territorial brejense. Pois devido à edificação da capela São José houve uma aglomeração de pessoas, que se estabeleceram no seu entorno suscitando posteriormente na criação do município Brejo da Madre de Deus.

Embora por meio de arrendamentos do tipo *laudêmio* (imposto pago pelo uso de terras de “santo”.) foi possível a composição de múltiplos territórios camponeses brejenses. Estes contrastam com a autonomia municipal, que ratifica a unidade territorial vinculada ao estado federativo. No início do século XIX esse povoado pertencia à Vila de Cimbres. Em 20 de maio de 1833 foi elevado à categoria de vila e desmembrado do município de Flores. Então no final do século tornou-se município pela Lei Estadual Nº 52, de 20 de junho de 1893.

Sem embargo destacamos os conflitos territoriais ocorridos ao longo do século XIX, principalmente após a criação da Lei de Terras de 1850. Pois vale pontuar, que a antiga Vila de

Cimbres era povoada essencialmente por povos indígenas. Segundo Monte (2014) objetivando conter as invasões territoriais os Xukuru restabeleceram estratégias para reivindicarem os seus direitos enquanto povos tradicionais do referido território. Nessa conjuntura em 1885 um abaixo assinado destinado ao Presidente da Província elucida uma das situações ocorridas nas áreas de Brejos de Altitude.

Os abaixo assinados ocupam-se exclusivamente do trabalho da agricultura, de onde tiram meios para se manterem, mas Excelentíssimo senhor acontece, que individuos sem título algum, entre eles, José Alexandre Correa de Mello, que vindo dos lados do Cariri pela seca, apossou-se de um dos melhores sítios do extinto aldeamento, e ali tem fundado, por assim dizer, uma fazenda de gado, que cotidianamente destrói as lavouras dos suplicantes, que recorrendo à proteção legal, recorrendo às autoridades policiais não são atendidos, porque são desvalidos, são índios miseráveis, e como tais sujeitos a trabalharem como escravos para os ricos e poderosos! Essa é a linguagem dos tais criadores da Serra, que entendem levar os suplicantes a ferro e fogo. (Abaixo assinado de índios da extinta Aldeia de Cimbres, *Apud* MONTE, 2014, p. 109).

Para Monte (2014) as últimas décadas do século XIX foram bastante conturbadas para os indígenas do Nordeste brasileiro. Pois sob o pano de fundo do ocidente, o progresso tornou-se questão primordial de um emergente estado-nação. Sendo assim era necessário acelerar o processo de homogeneização do território nacional. Portanto, nesse âmbito as deliberações incididas no final desse século levaram à extinção oficial de vários aldeamentos indígenas no Brasil.

É importante pontuar a existência dos povos indígenas Xucurus e Carapatós no Nordeste do Brasil. Essa segunda etnia posteriormente originou o povo Fulni-ô, que faz parte da história de ocupação dos territórios brejeiros em Pernambuco. Pois destacamos a relevância dos povos indígenas na organização sócio-cultural do território, muitas vezes ocultados pela história moderno-colonial. Já que quando é abordada a questão de uso e ocupação territorial do agreste, majoritariamente faz-se referência ao surgimento de grandes fazendas para produção de leite. Por fim, tanto os Xucurus como os Carapatós tiveram que migrar de seus territórios localizados inicialmente em áreas de brejos de altitude do agreste pernambucano.

À vista disso salientamos que os brejos de altitude possuem condições climáticas e pedológicas favoráveis ao estabelecimento dos engenhos açucareiros. Todavia em quantidade menos expressiva que a Zona da Mata pernambucana. Essas questões fisiográficas, atrelada à negação dos territórios indígenas pelo estado nacional contribuíram para a expropriação territorial desses povos em prol tanto da *plantation* quanto da pecuária extensiva com pastagens naturais e posteriormente com pastagens plantadas.

O Agreste é uma região imprensada entre a Zona da Mata no litoral e o Sertão no interior, é uma região de transição portanto. A variedade de suas condições topográficas e sobretudo climáticas resulta em diferenciações quanto ao uso da terra.

Os brejos consolidaram nos seus espaços as culturas alimentares, bem como, em alguns deles, a cultura do café, ao passo que as regiões do Agreste, mais próximas às condições semi-áridas da caatinga, seriam ocupadas predominantemente pela pecuária, que tradicionalmente foi uma atividade que se combinou no interior das grandes propriedades com as culturas alimentares de curto ciclo vegetativo - o feijão e o milho - e com o algodão. (SALES,1982, p.139).

Para a autora, o agreste pernambucano possui uma diversidade com relação ao uso e ocupação do território. Tendo desde a agricultura tradicional camponesa (agricultura de sequeiro, policultura), como também a pecuária extensiva e a produção algodoeira. Então o Agreste se destaca enquanto uma mesorregião produtora de alimentos para o estado, complementando as demandas alimentares da Zona da Mata, que é marcada pelo hegemônico monocultivo canavieiro.

Já o cultivo do algodão desde meados do século XVIII até 1940 foi realizado tanto nos latifúndios como nas unidades de produção camponesa, em pequena escala. Esta questão reflete a diversificação do agreste quanto à sua estrutura fundiária. Outro diferencial entre a produção algodoeira e a canavieira em Pernambuco, foi o estabelecimento do plantio de algodão em consórcio com culturas alimentares (milho e feijão), tanto nas pequenas quanto nas médias e grandes propriedades. SALES (1982).

A respeito dessa pluralidade de manejos da terra existentes no agreste, houve uma maior dinâmica de comercialização com os centros urbanos do entorno (Caruaru, por exemplo) e com a capital (Recife), através das malhas ferroviária e rodoviária. Essa integração ao mercado interno advém também dos processos de estímulo e propagação das sociedades urbano-industriais, ocorrido nos países latino-americanos enquanto projeto de desenvolvimento (Plano de Metas, Programa de Integração Nacional - PIN, Modernização da agricultura, entre outros), mais expressivamente após 1945 com o início do período bipolar da Guerra Fria (1945-1991).

Esse projeto desenvolvimentista enquanto caminho para sair do “atraso” manteve a estrutura fundiária preexistente em Pernambuco, onde predominava o monocultivo canavieiro. Devido à monocultura da cana-de-açúcar e a alta utilização de agrotóxicos, o solo das usinas sucroalcooleiras sofreram grande degradação, como lixiviação, perda de nutrientes, contaminação e aquecimento.

Assim, uma das alternativas encontradas para manter a produtividade, era expandir-se territorialmente para regiões não degradadas ambientalmente. À medida que se expandia para outras áreas, foram abandonadas muitas terras nas condições de improdutivas. Contudo outros fatores confluem para essa alternativa, segundo Andrade et. al. (2001).

A crise ocorreu graças à ação de uma série de fatores, tais como: o atraso tecnológico do parque industrial açucareiro, em comparação com outras áreas do país, a crise do mercado internacional de açúcar, as transformações políticas do governo federal, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a abertura para o mercado, e finalmente, a ocorrência de dois grandes períodos de seca, nas décadas de 80 e 90. (ANDRADE et al., 2001, p. 07)

Contudo vale ressaltar que a maneira como foi concedida a terra no Brasil, neste caso enfatizamos o estado de Pernambuco, se deu de forma desigual e excludente. Priorizando os interesses das oligarquias patronais em relação aos interesses dos povos indígenas e camponeses, fato que resultou na alta concentração fundiária e de renda, e ampliou as desigualdades sociais.

Simultaneamente ao ordenamento territorial preponderante, a produção de café sombreado no Agreste se deu majoritariamente em grandes propriedades, em conjunto com o cajueiro (*Anacardium occidentale*), ingazeiro (*Inga edulis*), mulungú (*Erythrina verna*), milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), macaxeira (*Manihot esculenta*), pomares e avicultura. Porém o café também foi cultivado em pequenas propriedades, que são mais propensas ao estabelecimento dos consórcios entre espécies a partir da policultura.

Todavia a partir de 1960 com o plano de erradicação dos cafezais materializado pelo Instituto Brasileiro do Café, houve uma especialização para a pecuária bovina e a hortifruticultura através de estímulos financeiros como o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Para Sales (1982) a erradicação do café e a promoção de atividades substitutivas vieram como solução para a política agrícola, em vista da saturação do café no mercado mundial.

Sem embargo a partir de questões relacionadas ao capitalismo internacional, os territórios camponeses dos Brejos de Altitude passaram por transformações estruturais. Neste caso as plantações de café sombreado foram estimuladas a serem substituídas por pastos plantados, para o estabelecimento da pecuária extensiva. Tal configuração emerge confluindo com a proposta da revolução verde, enquanto modernização do campo latino-americano.

Entretanto, apesar da dispersão da lógica capitalista sobre o campo brejense, mais expressivamente na década de 1970, a agricultura camponesa continua resistindo onde eram cultivadas lavouras temporárias em pequena escala. Pois a organização sócio territorial camponesa se mantém no agreste pernambucano contemporâneo. Nessa conjuntura a Agroecologia como resistência à lógica depreciativa vem com a esperança da construção de uma sociedade mais igualitária e um mundo menos poluído, onde todos os seres e componentes da natureza sejam respeitados.

Ressaltamos a pertinência de termos abordado nesta pesquisa a Agroecologia desde seu caráter epistemológico, enquanto saber popular materializado nos territórios camponeses. Como também da configuração do movimento agroecológico latino-americano, defendendo a ideia da Agroecologia como Ciência, Prática e Movimento Social conforme Toledo (2016). Assim torna-se cada vez mais relevante pensarmos outras racionalidades, que advêm da multiplicidade e multidimensionalidade territorial latino-americana.

Logo segundo a abordagem de Peter Rosset (2017) sobre os ingredientes para a territorialização da Agroecologia nos territórios camponeses, pontuamos que o protagonismo camponês desencadeia os processos de valorização e resgate de saberes, as estratégias de convencimento, a inovação e socialização das práticas e dos conhecimentos. Auxiliando na luta por autonomia e soberania alimentar, que serão materializadas nos territórios camponeses diante da territorialização do capital no campo.

Os territórios camponeses agroecológicos brejenses compõe uma territorialidade ancestral existente na região brejeira de Brejo da Madre de Deus – PE. À vista disso, o arranjo territorial se dá desde a fusão entre saber-fazer tradicional e diálogo de saberes, pilares fundamentais do movimento agroecológico na América Latina. Ademais, ressaltamos que o modo de vida camponês brejense data da primeira metade do século XIX, portanto configura uma territorialidade camponesa secular. Compondo assim uma multiplicidade de territórios camponeses nos brejos de altitude pernambucanos.

Por conseguinte, o conhecimento popular tradicional, a partir da vivência e experiência no território brejense, vai sendo materializado enquanto práticas de manejo da terra, não utilização de agrotóxicos, rotação de culturas, compostagem, técnicas de conservação de sementes crioulas, manuseio das matas, desempenho da medicina tradicional, consórcio de espécies vegetais, construção de tecnologias sociais, criação/utilização de biofertilizantes, adubação com folhagens/cascas e criação de animais.

**Foto 1.0:** Mutirão dos camponeses agroecológicos preparando Biofertilizante.



**Fonte:** Terra Fértil, Xéu, Brejo da Madre de Deus, PE, 2017.

Nesse âmbito a foto 1.0 conflui com a perspectiva de Kropotkin (2009), pois se não houvesse a sociabilidade e solidariedade humana, não haveria a disseminação dos conhecimentos tradicionais e científicos, juntamente com as tecnologias produzidas pelas diversas sociedades no tempo e nos territórios. Sendo assim, mesmo com a aptidão para a desterritorialização das comunidades do campo e das florestas, as entidades impositoras como o estado moderno-colonial não conseguiram acabar com a cooperação entre os povos.

Tal processo ocorre de muitas formas e entre vários sujeitos sociais. O diálogo de saberes entre o agrônomo e os camponeses associados à Associação Terra Fértil, assim como o mutirão (práxis camponesas) para preparar o fertilizante biológico são efetivos exemplos de práticas de cooperação. Desse modo, tais inter-relações enquanto estratégias de resistência buscam a consolidação da agroecologia nos territórios do campesinato brejense e a conquista da autonomia.

Todavia, como o objetivo da política desenvolvimentista é a territorialização do capital sobre o campo, enquanto sinônimo de bem-estar social. Então, para atingir esse objetivo no Brasil foram lançados o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971-1977) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (1995-Atual).

Em contraponto a essa conjuntura ocorreram processos de luta por: terra/território, soberania alimentar, democratização das mídias, equidade social/racial/gênero, circuitos curtos de produção e autonomia, que deram corpo ao movimento agroecológico na América Latina, partindo dos processos de unificação das lutas propostos pela Via Campesina, pela Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (SOCLA) e Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe (MAELA), que compõem a Rede Latino-americana de Agroecologia.

Ademais podemos verificar que o movimento agroecológico na América Latina é disseminado e fortalecido por diversos sujeitos e agentes. “Con todo ello, SOCLA apoya en la conformación de redes de integración del movimiento agroecológico en toda América Latina.”(SOCLA [internet], acesso em 16. Mai. 2018). Então ressaltamos que as redes de Agroecologia são estabelecidas na interface entre os povos camponeses, os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, a comunidade acadêmica e também alguns setores da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação e à Educação Popular de Paulo Freire.

Portanto, esses conjuntos de interações convergem com a perspectiva de ruptura com a lógica moderna-colonial. À medida que buscam estratégias a partir das experiências das comunidades tradicionais e do diálogo, visando melhorias socioeconômicas para os povos do campo/floresta e a diminuição da degradação da

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto averiguamos a multiplicidade das formas de lidar com a natureza, que partem desde a concepção unilateral de território à concepção da multidimensionalidade territorial. A primeira refere-se ao estado moderno-colonial enquanto a segunda aos territórios dos povos tradicionais latino-americanos. Nesse âmbito para o estado brasileiro a natureza é concebida enquanto mercadoria, já para as comunidades tradicionais é um bem comum arraigado aos seus modos de vida.

Sem embargo nessas percepções existem naturezas dicotômicas, uma externa e outra intrínseca aos seres humanos. Então para que se dê um processo de integração sociedade-natureza, com relações de respeito e de cooperação é preciso que haja uma ruptura com a exteriorização da natureza em relação ao ser humano. Pois esse ideal gera a mercantilização daquela. Pois onde os homens se sentem parte da natureza, como nas comunidades tradicionais, a ideologia desenvolvimentista encontra entraves para se estabelecer.

Por conseguinte, destacamos que os múltiplos manejos da natureza são correlacionados com as condições socioculturais e ecológicas de cada território. Contudo não existe conhecimento único-universal, que sobre-exceda na heterogeneidade do tempo e na multidimensionalidade dos territórios. Então a tríade saber ancestral, troca de experiências e práxis contextualizadas fazem parte dos princípios, que respaldam os usos da natureza nos territórios tradicionais latino-americanos.

Em contraponto ao projeto de desenvolvimento proposto para o Brasil e América Latina, Toledo (2002) afirma que as culturas tradicionais possuem uma racionalidade ecológica. Esta é gerada pela valorização das percepções, vivenciadas por gerações, sobre a relação sujeito-natureza. Assim propomos uma organização territorial, que parta do saber popular tradicional e das territorialidades dos povos. Estes existem há séculos nos territórios tradicionais latino-americanos e materializam formas mais harmoniosas de manejar a natureza. Ademais tais saberes-fazeres não convergem com a dicotomia entre sociedade-natureza disseminada pela lógica moderna-colonial para conceber a ideia de civilização ocidental.

## REFERÊNCIAS

Abaixo-assinado de índios da extinta Aldeia de Cimbres para o Presidente da Província. Pesqueira, 25 de fevereiro de 1885, APE, Cód. Petições, fl.18. *Apud* MONTE, E. História ambiental do(s) Agreste(s) de Pernambuco: as ações humanas no ambiente natural sob a ótica dos indígenas e dos estudos acadêmicos (Séculos XIX - XX). **Front. Fronteiras: Revista catarinense de História**, Florianópolis, Nº 23, Vol. 23, p.99-125, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8108/5277> Acesso em: 09 mai. 2019.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia econômica do Nordeste**. Editora Atlas. São Paulo. 1977.

ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M<sup>a</sup>. C. de **A cana-de-açúcar na região da mata pernambucana: reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Educ. Pop.**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BREJO DA MADRE DE DEUS. Prefeitura Municipal. Lei Municipal Nº 14.612/2012, de 03 de abril de 2012. **Diário Oficial do Município**, Poder executivo, Pernambuco, Brasil, 03 abr. 2012.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: diagnóstico do município de Brejo da Madre de Deus, estado de Pernambuco**. MASCARENHAS et. al (Org.). Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DURKHEIM, Emile. **The division of labour in society**, Glencoe, 1947, 466 p.

FIALHO, V.; NEVES, R. Xukuru: povos indígenas do Brasil, **Inst. Soc. Instituto Socioambiental**, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt> Acesso em: 16 mai. 2019.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, estudos latino-americanos, v.12, 1978.

HUMBOLDT, A. **Cosmos**. Essai d'une description physique du monde. Paris: gide et J. Baudry Éditeurs, 1874, 4 vols.

IBGE [internet] **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Governo Federal do Brasil, Brasília - DF, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/default.php> Acesso em: 15 Ago. 2018.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1999.

KÖPPEN, W.; GEIGER, R. **Klimate der erde**. Gotha: Verlag Justus Perthes. 1928.

KROPOTKIN, P. Ajuda mútua: um fator de evolução. Tradução: Waldyr Azevedo Jr. — São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes, **Educ. Real. Educação e Realidade**, UFRGS, Porto Alegre, 34(3): 17-24, set/dez 2009. Disponível: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 06 ago. 2017.

LEITE, M. N.; CASTRO, V. M. de; CISNEIROS, D. Furna do estrago, Brejo da Madre de Deus, PE: reflexões sobre o lugar dos mortos na paisagem. **Fundam. Antropol. Fundamentos de Antropologia**, vol. XI, 2014, pp. 50-64. Disponível: <http://www.fumdham.org.br/wp-content/uploads/2016/09/2-furna-do-estrago-brejo-da-madre-d-e-deus-pe-reflexoes-sobre-o-lugar-dos-mortos-na-paisagem.pdf?x49464> Acesso em: 02 dez. 2017.

LIMA, J. M. **Arqueologia da furna do estrago: Brejo da Madre de Deus - Pernambuco**. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) – Programa em Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985, 143 p.

MACÁRIO, E. M. **Complexidade e riscos no uso de agrotóxicos na agricultura: novas perguntas para velhas questões**. Dissertação, Mestrado em Saúde Pública do Departamento de Estudos em Saúde Coletiva NESC/CPqAM/FIOCRUZ, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001, 140 p.

MARTIN, A. R. **As fronteiras internas e a “questão regional” do Brasil**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1993, 271 p.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios da Sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELO, M. L. de. **O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste Canavieiro**. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente, 2006, 438 p.

NOZOE, N. **Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia**, ANPEC, São Paulo, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Coordenadores). **La guerra infinita: hegemonia y terror mundial**, Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 217-256.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem (antropogeografia). In: MORAES, A. (Org.). **RATZEL: Geografia**. São Paulo: Ática, 1990, 32-107 pp.

REIS, Roberto. O espaço da latino-Americanidade, **Crit. Lit. Revista de Crítica Literária Latino Americana**, Lima, Año 14, No. 27, 1988, p.25-37. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4530363> Acesso: 19 jul. 2018.

ROSSET, P. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. In: RIBEIRO et al. (org.). **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2017, 83-92 p.

SALES, T. **Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1982.

SCHELLING, F. W. J. **Escritos sobre filosofia de la naturaleza**. Madrid: Alianza Editorial, 1996. Del estudio preliminar, traducción y notas: Arturo Leyte. 280 p.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOCLA [internet] **Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología**, Colômbia, 2018. Disponível: <https://www.socla.co/> Acesso em 16 mai. 2018.

SOLÁ PÉREZ, M. **R-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida**. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016, 253 p.

SOUZA, A. de América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história, **PRACS. Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá**, N. 4, p. 29-39, dez. 2011. Disponível: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364>. Acesso em: 05 fev.2019.

TOLEDO, V. A agroecologia é uma revolução epistemológica, **Revista Agriculturas**, v. 13, n. I, mar. 2016, p. 42-45. Disponível em:

[http://aspta.org.br/wpcontent/uploads/2016/06/V13N1\\_Artigo-7-Entrevista-Victor-MToledo.pdf](http://aspta.org.br/wpcontent/uploads/2016/06/V13N1_Artigo-7-Entrevista-Victor-MToledo.pdf). Acesso em: 02 out. 2017.

TOLEDO, V. A racionalidade ecológica da pequena produção camponesa. In: MADEIRA FILHO, W. et al. (Coordenadores). **Laudo multidisciplinar e termo de cooperação técnica para a convivência harmoniosa de assentamentos rurais no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas**. Niterói: UFF/MMA/MDA, Gt: Ecosocial, 2002, 18-26 pp. Disponível: [www.crea-rj.org.br](http://www.crea-rj.org.br) Acesso em: 20 de abr. de 2017.

VITTE, A. C.; SILVEIRA, R. W. D. Considerações sobre os conceitos de natureza, espaço e morfologia em Alexander von Humboldt e a gênese da geografia física moderna, **GEOUSP. Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 27, 2010, p. 77 - 94.

Disponível: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74156>. Acesso em: 09 mai. 2018.

---

#### **Izabela Cristina Gomes da Silva**

Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora no Laboratório GEPPIP/UFS.

E-mail: [izabela.cristinagomes@gmail.com](mailto:izabela.cristinagomes@gmail.com)